



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
COORDENAÇÃO DA GESTÃO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS DA CGJ/PI - CGCCOR
Pça Des. Edgard Nogueira s/n - Bairro Cabral - Centro Cívico - CEP 64000-830
Teresina - PI - www.tjpi.jus.br

Acordo de Cooperação Técnica Nº 19/2024 - PJPI/CGJ/SECCOR/CGCCOR

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA

ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 19/2024

ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE ENTRE SI CELEBRAM A CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ, O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MATO GROSSO, A CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA DO MATO GROSSO E O NÚCLEO DE COOPERAÇÃO JUDICIÁRIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MATO GROSSO, PARA O COMPARTILHAMENTO E DESENVOLVIMENTO CONJUNTO DE SOLUÇÕES VOLTADAS PARA O APRIMORAMENTO DA ATIVIDADE JURISDICIONAL, ADMINISTRATIVA E CORRECCIONAL.

A **CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ**, com sede na Praça Des. Edgard Nogueira s/n, Centro Cívico, CEP 64000-830, Teresina-PI, CNPJ nº 07.240.515/0001-08, neste ato representada pelo Corregedor-Geral da Justiça, Desembargador **OLÍMPIO JOSÉ PASSOS GALVÃO**, o **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO** com sede no Centro Político Administrativo- Palácio da Justiça, Rua C, S/N, Caixa Postal 1.071, Cuiabá/MT, CEP: 78.049-926, Cuiabá- Mato Grosso, neste ato representada pela Presidente do Tribunal Desembargadora **CLARICE CLAUDINO DA SILVA**, a **CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA DO MATO GROSSO**, neste ato representado pelo Desembargador **JUVENAL PEREIRA DA SILVA** e o **NÚCLEO DE COOPERAÇÃO JUDICIÁRIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MATO GROSSO**, neste ato representado pela supervisora Desembargadora **ANTÔNIA SIQUEIRA GONÇALVES**, **RESOLVEM** celebrar o presente **ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA**, mediante as cláusulas e condições a seguir enumeradas:

DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA. O presente **ACORDO** tem por objeto a conjugação de esforços da **CGJ-PI** e do **TJMT** com o propósito de compartilhamento e desenvolvimento de soluções voltadas para o aprimoramento da atividade jurisdicional, administrativa e correccional.

Parágrafo único. Para a consecução dos objetivos indicados no caput desta Cláusula, a **CGJ-PI** e o **TJMT** atuarão em colaboração técnica, mediante o intercâmbio de sistemas, informações, experiências e mútuo apoio tecnológico.

DAS OBRIGAÇÕES

CLÁUSULA SEGUNDA. Os **PARTÍCIPES** comprometem-se, no âmbito de suas atribuições, a atuar em colaboração para o(a):

I. intercâmbio de sistemas, informações técnicas e apoio técnico-institucional para aperfeiçoamento da atividade jurisdicional, administrativa e correccional, sempre com o escopo de garantir amplitude e efetividade para a troca de dados;

II. manutenção da segurança das informações enviadas e compartilhadas, bem como adoção das medidas adequadas à proteção da privacidade e confidencialidade das informações transmitidas, conforme classificação da Lei Nº 12.527/2011 – Lei de Acesso à Informação (LAI) – e da Lei Nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD);

III. acompanhamento da execução técnica do objeto pactuado, que não se limita as soluções já existentes do momento da assinatura deste **ACORDO**;

IV. viabilização de troca de informações, de forma ágil e sistemática, com compartilhamento de dados e documentos, autorizando acessos necessários, ressalvado o sigilo expressamente previsto em lei.

Parágrafo único. As partes concordam em oferecer, em regime de colaboração mútua, todas as facilidades para a execução do presente instrumento, de modo a não faltarem recursos humanos, materiais e instalações, no limite de suas possibilidades.

DOS RECURSOS FINANCEIROS

CLÁUSULA TERCEIRA. O presente **ACORDO** tem caráter não oneroso, não importando repasse, a qualquer título, presente ou futuro, sendo vedada a transferência de recursos financeiros entre os **PARTÍCIPES** e/ou terceiros.

§ 1º As atividades constantes do presente **ACORDO** serão custeadas com recursos orçamentários próprios de cada partícipe, previstos em atividades ordinárias e regulares e que se relacionem com os objetos e propósitos aqui especificados.

§ 2º Os **PARTÍCIPES** concordam que potenciais desdobramentos deste **ACORDO**, que demandem alocação de recursos financeiros para sua implementação serão objeto de instrumentos futuros específicos, após discussão prévia de sua viabilidade.

DAS AÇÕES PROMOCIONAIS

CLÁUSULA QUARTA. Os **PARTÍCIPES** comprometem-se a dar ampla divulgação e publicidade a este **ACORDO**, fazendo o mesmo em relação aos resultados das eventuais ações desenvolvidas, na medida de suas possibilidades.

Parágrafo único. Os resultados deste **ACORDO** poderão ser divulgados ao público em geral, desde que exista anuência conjunta dos **PARTÍCIPES** e deverão fazer expressa referência ao objeto do presente instrumento, observada a legislação de regência, notadamente o disposto no artigo 37, §1º, da Constituição Federal, vedada a utilização de nomes, símbolos ou imagens que, de alguma forma, descaracterizem o interesse público e se confundam com promoção de natureza pessoal de agentes públicos.

DIREITOS INTELECTUAIS

CLÁUSULA QUINTA. Os direitos intelectuais decorrentes do presente **ACORDO** integram o patrimônio individual dos **PARTÍCIPES** nos casos de compartilhamento de soluções próprias e de ambos os **PARTÍCIPES** no caso de desenvolvimento conjunto de novas soluções, sujeitando-se às regras da legislação específica.

DA PUBLICAÇÃO

CLÁUSULA SEXTA. O extrato do presente **ACORDO** será publicado no Diário Oficial do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí e no Diário Oficial do Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso.

DAS ALTERAÇÕES

CLÁUSULA SÉTIMA. O presente **ACORDO** poderá ser alterado, por mútuo entendimento entre os **PARTÍCIPES**, durante sua vigência, mediante a celebração de termo de aditamento por escrito, exceto no tocante ao seu objeto.

DOS CASOS OMISSOS

CLÁUSULA OITAVA. As situações não previstas no presente **ACORDO** serão solucionadas de comum acordo entre os **PARTÍCIPES**, cujo direcionamento deve visar a execução integral do objeto.

DO FORO

CLÁUSULA NONA. Para dirimir questões oriundas da execução do presente **ACORDO**, não resolvidas pela via administrativa, será competente a Justiça Estadual da Comarca de Teresina-PI.

E, por estarem assim justos e de pleno acordo, firmam o presente instrumento, para os fins de direito.

Teresina-PI, data registrada em sistema.

Desembargador **OLÍMPIO JOSÉ PASSOS GALVÃO**
Corregedor-Geral da Justiça do Estado do Piauí

Desembargadora **CLARICE CLAUDINO DA SILVA**
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso

Desembargador **JUVENAL PEREIRA DA SILVA**
Corregedor-Geral da Justiça do Estado do Tribunal de Justiça do Mato Grosso

Desembargadora **ANTÔNIA SIQUEIRA GONÇALVES**
Supervisora do Núcleo de Cooperação Judiciária

PLANO DE TRABALHO

Partícipe 1:

CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ

CNPJ: nº 07.240.515/0001-08

Representada pelo Corregedor-Geral da Justiça do Estado do Piauí

Desembargador **OLÍMPIO JOSÉ PASSOS GALVÃO**

Endereço: Praça Des. Edgard Nogueira s/n, Centro Cívico, CEP 64000-830,

Cidade: Teresina

Estado: Piauí

Email: contratoscorregedoria@gmail.com

Partícipe 2:

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO - TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Cnpj:03.535.606/0001-10

Presidente do Tribunal de Justiça- Desembargadora **CLARICE CLAUDINO DA SILVA**

Corregedor-Geral da Justiça do Estado do Tribunal de Justiça do Mato Grosso- Desembargador **JUVENAL PEREIRA DA SILVA**

Supervisora do Núcleo de Cooperação Judiciária- Desembargadora **ANTÔNIA SIQUEIRA GONÇALVES**

Endereço: Centro Político Administrativo- Palácio da Justiça, Rua C, S/N, Caixa Postal 1.071, Cuiabá/MT, CEP: 78.049-926.

Cidade: Cuiabá

Estado: Mato Grosso

DDD/Fone: (65) 36173351

Email: ncjud@tjmt.jus.br

1. IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO A SER EXECUTADO

Plano de Trabalho do Acordo de Cooperação Técnica que tem por objetivo estabelecer parceria para compartilhamento e desenvolvimento de soluções voltadas para o aprimoramento da atividade jurisdicional, administrativa e correicional, a título gratuito, entre a Corregedoria Geral da Justiça do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí e o Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso, da ferramenta tecnológica Robô de Informações da Corregedoria - RIC, criada pela Corregedoria Geral da Justiça do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí.

2. SOBRE O PLANO DE TRABALHO

Para alcance dos objetivos estabelecidos nesta parceria institucional, serão observados os seguintes termos do plano de trabalho:

- 1) a descrição detalhada dos entregáveis planejados, incluindo seus objetivos de uso e características, recursos e requisitos técnicos;
- 2) etapas de execução com estimativa de prazos;
- 3) a matriz de responsabilidades relativas aos entregáveis;
- 4) os recursos tecnológicos específicos a serem disponibilizados por cada partícipe.

Os gestores dos projetos poderão, em comum acordo e justificadamente, propor ajustes no cronograma.

3. ETAPAS DE EXECUÇÃO

Considerando que a data de assinatura do Acordo poderá ocorrer a qualquer tempo após a redação do mesmo, o cronograma tem como referência a data da assinatura do instrumento e o período de validade do Acordo que é de 24 meses prorrogáveis a critério dos partícipes.

Observa-se também o prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da assinatura do Acordo para que cada partícipe indique formalmente um servidor titular e um substituto responsáveis pelo gerenciamento da parceria.

Quanto ao cronograma específico de execução do objeto com as respectivas datas, este será apresentado após a sinalização positiva de entrega do produto, momento no qual será anexado aqui neste documento.

4. RECURSOS TECNOLÓGICOS ESPECÍFICOS A SEREM DISPONIBILIZADOS POR CADA PARTÍCIPE

Utilização da Plataforma de videoconferência Microsoft Teams para realização de reuniões e compartilhamento de conteúdo. Ambiente computacional apropriado para recebimento do sistema e arquivos que possuam tamanhos elevados. Ambiente computacional compatível com a implantação da ferramenta objeto do presente Acordo.

5. EXPECTATIVAS, METAS E METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO

Ao fim, espera-se que o Corregedoria Geral da Justiça do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí possa absorver o conhecimento técnico e dados sobre possíveis evoluções da ferramenta tecnológica cedida.

Desembargador OLÍMPIO JOSÉ PASSOS GALVÃO - Corregedor-Geral da Justiça do PI

Desembargadora CLARICE CLAUDINO DA SILVA - Presidente do TJMT

Desembargador JUVENAL PEREIRA DA SILVA - Corregedor - Geral de Justiça do MT

Desembargadora ANTÔNIA SIQUEIRA GONÇALVES - Supervisora do Núcleo de Cooperação Judiciária do TJMT



Documento assinado eletronicamente por **JUVENAL PEREIRA DA SILVA**, **Usuário Externo**, em 15/03/2024, às 09:59, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Antônia Siqueira Gonçalves**, **Usuário Externo**, em 15/03/2024, às 12:08, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Clarice Claudino da Silva**, **Usuário Externo**, em 22/03/2024, às 16:38, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Olímpio José Passos Galvão**, **Corregedor Geral da Justiça**, em 22/03/2024, às 20:02, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.tjpi.jus.br/verificar.php> informando o código verificador **5251249** e o código CRC **EEBCF98D**.

